

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXXIII nº 1460 | 14/12/2018 a 23/12/2018

Tiragem desta edição 26.000 exemplares



TARIFA RURAL NOTURNA

O PESO DA ENERGIA NO CAMPO

sistemafaep.org.br

Aos leitores

O desejo de renovação dos votos de prosperidades em 2019 está em risco em muitas atividades rurais do Paraná. O motivo é simples: a continuidade da Tarifa Rural Noturna, que beneficia milhares produtores com desconto de 60% na eletricidade durante a noite. A vigência do incentivo, após muita luta das entidades ligadas ao agro estadual, principalmente a FAEP, encerra em março de 2019. Isso com uma série de exigências da Copel.

A questão é mais complexa que um simples benefício em torno de cifras. Muitas atividades rurais que o Paraná é destaque nacional, como avicultura, piscicultura, pecuária de leite e suinocultura, dependem diretamente da Tarifa Rural Noturna, como mostra a matéria de capa deste Boletim Informativo. Conforme relato de produtores e lideranças rurais, a eletricidade chega a mais de 20% da composição de custos em algumas atividades. Ou seja, o término do benefício em março de 2019 coloca em risco parte significativa da pecuária estadual, com desdobramentos severos em diversos segmentos da economia e, na própria economia do Paraná.

A FAEP segue no esforço para convencer os responsáveis quanto a necessidade de renovar o benefício após março de 2019, para que os produtores rurais possam dar continuidade a produção de alimentos. E que 2019 colecionasse boas novas, que permitam a continuidade do crescimento e desenvolvimento do agronegócio paranaense.

Boa leitura!

Expediente

• FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldatto, Ivo Pierin Júnior e Valdemar da Silva Melato | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretor Financeiro:** Paulo José Buso Júnior | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Ciro Tadeu Alcantara e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, Julio Cesar Meneguetti e Mario Aluizio Zafaneli

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Nelson Costa - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Geraldo Melo Filho

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social e Edição: Carlos Guimarães Filho | **Redação e Revisão:** André Amorim, Antonio Carlos Senkovski, Bruna Fioroni e Felipe Anibal | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figueiredo, Fernando Santos e William Goldbach | **Contato:** imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pela Coordenação de Comunicação Social (CCOM) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pedese citar a fonte.

Fotos da Edição 1460:

Fernando Santos, Régis Santos, Divulgação, Arquivo FAEP e Shutterstock.

ÍNDICE

ENERGIA

Copel renova apenas até março a Tarifa Rural Noturna e deixa pecuaristas do Estado em alerta quanto a viabilidade das atividades

PÁG. 6

DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

Após pedido da FAEP, Sema, Seab, IAP e Adapar assinam resolução que moderniza a regulamentação no Estado

Pág. 3

SEBRAE-PR

Ágide Meneguette passa a presidência do Conselho Deliberativo da entidade para Darci Piana

Pág. 4

LEITE

A partir de 2019, produtores e indústrias precisam obedecer nova regulamentação quanto ao produto

Pág. 10

SEMENTE

Produtor que optar por salvar semente para a próxima safra precisa declarar a reserva junto ao Mapa

Pág. 14

MINOR CROPS

Metodologia desenvolvida pela FAEP para identificar as demandas das culturas será aplicada no Brasil

Pág. 16

Paraná moderniza regulamentação de defensivos agrícolas



Secretarias de Meio Ambiente e Agricultura, Instituto Ambiental do Paraná e Adapar assinaram a resolução conjunta sobre o tema após pedido da FAEP



O Paraná acaba de avançar mais um passo em direção à modernização da regulamentação dos defensivos agrícolas no Estado. As secretarias de Meio Ambiente (Sema) e Agricultura e Abastecimento (Seab), o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) assinaram, no dia 12 de dezembro, uma resolução conjunta sobre o tema. O documento veio à tona após um pedido da FAEP para que uma norma antiga fosse revogada.

Pela decisão em conjunto dos órgãos estaduais, deixa de vigorar a Resolução SEIN nº 22, de julho de 1985. Com o avanço da tecnologia dos defensivos, essa norma ficou parada no tempo. Ela previa aspectos que estão em completo desuso pelos produtores, como a recomendação de enterrar embalagens usadas de agroquímicos. Para se ter ideia, o órgão responsável pela resolução era chamado de Secretaria do Interior, pasta que já foi extinta e passou parte de suas atribuições à Sema.

Ao longo do tempo, a maioria dos dispositivos pre-

vistos na resolução foram perdendo sua adequação em relação às novas legislações. Contudo, a norma continuava sendo aplicada pelos órgãos ambientais e pelo Poder Judiciário.

Para modernizar a regulamentação, a FAEP se reuniu com o Secretário da Agricultura e apresentou as consequências da vigência dessa resolução. Como resultado, a Adapar solicitou ao IAP a criação de um Grupo de Trabalho. Este foi instituído pela Portaria nº 187/2017 para rever a resolução.

Para subsidiar os debates, a FAEP elaborou uma análise técnica e jurídica esmiuçando a situação. Esse estudo mostrou que a Resolução nº 22, de julho de 1985 “é sobreposta a outras leis, pois, existe ampla legislação que aborda a poluição por agrotóxicos, atendendo aos conceitos atuais e ao determinado pela Constituição”. E ainda: “está desatualizada, pois, algumas instituições foram substituídas e suas atribuições foram distribuídas em duas ou três outras instituições”, pontuou o documento da federação.

O GT, analisando o problema, concluiu que os dispositivos da resolução já estão contemplados em legislações mais recentes (veja abaixo). Tudo isso culminou com a revogação concretizada na Resolução Conjunta nº 001/2018 dos órgãos estaduais, que moderniza e traz segurança jurídica da produção ao processamento e consumo de produtos agrícolas do Paraná.

Regulação de Defensivos Agrícolas*

- Leis Federais nºs 7.802/1989 e 12.651/2012
- Lei Estadual nº 7.827/83
- Decreto Federal nº 4.074/2002
- Decreto Estadual nº 3876/84
- Portaria nº 86/2005 do Ministério do Trabalho e Emprego
- Resolução SEMA nº 57/2017
- Norma Brasileira da ABNT NBR 9843 de 2013

Meneguette passa o comando do Sebrae-PR a Darci Piana

Presidente da FAEP esteve à frente do Conselho Deliberativo ao longo dos últimos dois anos



No dia 10 de dezembro, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, passou a presidência do Conselho Deliberativo Estadual (CDE) do Sebrae-PR a Darci Piana, eleito para o cargo no dia 26 de novembro, que assume o posto a partir de 1º de janeiro de 2019. Em seu mandato no colegiado (2017 e 2018), Meneguette iniciou um processo de transformação digital, além de ter sido o responsável por costurar um esforço coletivo para viabilizar o atendimento de mais de 350 mil empresas. Meneguette continua integrando o CDE, como conselheiro.

“Preparamos o Sebrae para uma renovação da equipe técnica, conseguimos inovar e ampliar atendimentos, tudo pensando na melhor relação da empresa com o serviço prestado aos empreendedores”, disse o presidente da FAEP.

Na presidência do Conselho, Meneguette impulsionou a criação de canais digitais, como estratégia de atendimento focada em ambiente de negócios, educação empreendedora, gestão empresarial, inovação, liderança e startups. Com isso, o Sebrae pode ajudar a simplificar processos e gestão no Estado.

Novo presidente

O novo presidente do CDE do Sebrae-PR, atualmente, preside a Fecomércio-PR, além de assumir o posto de vice-governador do Paraná a partir de 2019. Darci Piana pretende se reunir com a diretoria executiva para definir metas e um plano de trabalho, mas adiantou que a intenção é trabalhar de forma conjunta com outras instituições que atuam para o desenvolvimento do Estado.

“Conheço a atuação e a história do Sebrae. Agora, vou trabalhar junto às demais entidades do CDE para ajudar as micro e pequenas empresas a se desenvolver e, com isso, apoiar o crescimento do Paraná. Recebemos a gestão do presidente Ágide [Meneguette], um líder e amigo na luta pelo setor produtivo paranaense, o que também ajuda nesta transição”, declarou.

“Tenho a certeza de que ele [Piana] fará um excelente trabalho e podemos já projetar uma maior participação do Sebrae em projetos de desenvolvimento do Estado. Isso é

importante que porque é uma casa apartidária, que tem competência e está aqui para defender o interesse de toda sociedade”, pontuou Meneguette.

Além de Piana, também foram eleitos os integrantes da diretoria executiva do Sebrae-PR. Vitor Roberto Tioqueta permanece como diretor-superintendente; Julio Cezar Agostini como diretor de Operações; e José Gava Neto como diretor de Administração e Finanças. Foram eleitos, ainda, os membros do Conselho Fiscal, entre os quais, Nilson Hanke Camargo, representando a FAEP.

Homenagem a João Luiz Biscaia



O Conselho Deliberativo, diretoria executiva e funcionários do Sebrae-PR realizaram uma homenagem póstuma, no dia 10 de novembro, ao ex-conselheiro João Luiz Rodrigues Biscaia, que por 23 anos ocupou uma cadeira no CDE da entidade, como representante da FAEP, onde foi diretor-financeiro por 33 anos.

A homenagem e reconhecimento pelo trabalho realizado em mais duas décadas como membro do CDE e presidente do Conselho Fiscal foi entregue a viúva, Ilza Biscaia, que recebeu a placa juntamente com familiares. Integran-tes das entidades que compõem o CDE fizeram questão de destacar o exemplo de profissional e liderança que Biscaia deixou.

João Luiz Biscaia faleceu em 18 de novembro deste ano.

G7, governo do Paraná e Itaipu fecham parcerias com o Paraguai

Projeto marca integração do setor produtivo com o país vizinho



Na mesma ocasião da passagem do comando do Sebrae, um acordo de cooperação técnica entre a entidade e a Fundação Parque Tecnológico Itaipu (FPTI) foi assinado, durante reunião do G7 (grupo formado por sete entidades que representam as forças produtivas do Paraná). O encontro realizado na Itaipu Binacional, em Curitiba, contou com a participação do governador eleito, Carlos Massa Junior, e do diretor-geral paraguaio de Itaipu, José Alberto Alderete Rodríguez.

A parceria tem por objetivo tirar do papel o projeto “Políticas públicas e fiscais para a melhoria do ambiente político e empresarial do Estado do Paraná”, que prevê ações e programas de desenvolvimento específicos nos 24 territórios paranaenses, ao longo dos próximos quatro anos, com apoio financeiro de Itaipu.

“Este é um momento muito feliz porque temos uma oportunidade ímpar para iniciar uma grande integração com o Paraguai, nos setores de agroindústria e infraestrutura”, ressaltou o presidente da FAEP, Ágide Meneguette. “É importante dividirmos a responsabilidade pela busca de soluções, aproveitando a experiência das entidades, com o intuito de fortalecer os arranjos produtivos locais e o desenvolvimento do Estado”, declarou o governador eleito.

Além disso, a convergência de esforços deve viabilizar outros projetos importantes, como a construção de duas novas pontes entre Brasil e Paraguai, financiadas pela Itaipu. A expectativa é de que as obras sejam anunciadas oficialmente ainda neste mês. As novas ligações devem impulsionar ainda mais o comércio bilateral saltou de US\$ 942 milhões para US\$ 4 bilhões, segundo os dados do Ministério de Relações Exteriores.

Extensão da Tarifa Rural Noturna traz alento à produção no Paraná

Atividades como avicultura, piscicultura, pecuária de leite e suinocultura dependem do desconto de 60% na eletricidade durante a noite para continuarem viáveis



Assista ao vídeo da matéria no nosso site sistemafaep.org.br

Em um sítio na área rural de Rio Negro, na Região Metropolitana de Curitiba, Sergio Preisler e a família se equilibram em uma verdadeira corda bamba para produzir aves. Eles têm um barracão com capacidade para alojar 11 mil frangos por lote, em períodos de cerca de 60 dias cada (40 de alojamento e 20 de descanso) no sistema de integração. Mas para que dê tudo certo e os animais sejam entregues para a indústria gerando renda para os avicultores é preciso regular uma equação cheia de variáveis. E um dos principais fatores nessa conta é o gasto com energia elétrica, que representa, na média estadual, 20% do custo de produção.

A granja de Preisler possui 10 ventiladores elétricos, acionados via sensor sempre que a temperatura sobe além do limite para o conforto das aves. Com o desconto da Tarifa Rural Noturna, de 60% entre as 21h30 e 6h da manhã do dia seguinte, a conta de energia fecha em torno de R\$ 400 por mês. “Só que o nosso consumo de energia vai

umentar ainda mais, pois a empresa exigiu mais cinco ventiladores dentro do barracão, a partir do início de janeiro. Ou seja, minha conta de luz irá aumentar em torno de 50% [considerando que no verão é preciso acionar mais a ventilação]”, lamenta.

Para entender melhor, Preisler abre os números. O pecuarista recebe perto de R\$ 0,70 por cabeça entregue à indústria. O seu custo de produção está em torno de R\$ 0,60 por animal, ou seja, no melhor cenário consegue fazer sobrar pouco mais de R\$ 1 mil a cada lote. Qualquer aumento no custo de produção vai consumir recursos dessa fatia. “Hoje, esse desconto de energia é muito importante, pois a margem é muito apertada. Se conseguirmos baixar 2 ou 3 centavos por cabeça, é um dinheirinho a mais. Se tiver que pagar mais luz, vai sair do nosso bolso. Ninguém vai cobrir isso para nós”, explica.

A Tarifa Rural Noturna, aplicada desde 2007, beneficia milhares produtores no Paraná. A cobrança diferenciada foi



viabilizada por meio de um Termo de Cooperação Técnica entre a Companhia Paranaense de Energia (Copel) e a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (Seab). O incentivo vem sendo renovado anualmente.

Porém, desta vez, o Conselho de Administração da Copel aceitou estender apenas até março do ano que vem o desconto de 60% no valor da energia elétrica consumida por produtores rurais do Paraná entre 21h30 e 6h. Isso com a exigência de que o governo estadual assumira, até 15 de janeiro, a responsabilidade pelo pagamento do subsídio. Também será necessário informar à empresa o interesse pela continuidade do desconto e a forma como ele será custeado nos meses seguintes.

Essa decisão, por mais que temporária, é um alento para os pecuaristas, que, em novembro deste ano, começaram a receber avisos da Copel de que o desconto teria fim a partir de 1º de janeiro de 2019. Desde então, a FAEP atua para que a renovação do desconto ocorra (confira na página 9).

Avicultura na corda bamba

Em grande ou pequena escala, a história se repete por todo o Paraná. Em Castro, nos Campos Gerais, o produtor Carlos Bonfim tem 10 barracões, nos quais aloja 420 mil frangos por lote. Nas suas contas, o fim do desconto representaria em torno de 60% a mais no valor da conta de luz, o que daria um custo extra de R\$ 5 mil por mês.

“O fim do incentivo [após março de 2019] representaria um aumento de 40% no custo de produção. Hoje, a energia elétrica é um dos três itens que mais pesam na avicultura, junto com mão-de-obra e da lenha ou gás. Será um impacto muito grande. Se não tiver esse incentivo, a gente terá uma alta significativa no custo da produção. Chega perto de inviabilizar o negócio”, comenta Bonfim.

O produtor Hamilton Camargo, de Siqueira Campos, na Região Norte, possui dois aviários com 75 mil frangos, no



Sérgio Preisler vai precisar de mais cinco ventiladores na granja, o que vai aumentar a conta de luz

total. “O consumo de energia à noite é alto. A iluminação é pesada, são 60 lâmpadas por aviário. Ainda tem o uso de fornos, exaustores, ventiladores, uma série de equipamentos que ficam ligados a noite inteira. Sem essa ajuda, o custo de produção com certeza irá subir bastante”, relata. Segundo Camargo, normalmente já é difícil se equilibrar nas contas e gerar uma renda significativa. Sem o incentivo, as chances de prejuízo são grandes.

Para o produtor e presidente da Aviopar (Associação de Avicultores do Oeste do Paraná), Edenilson Copini, a possibilidade do fim do benefício a partir de abril do próximo ano traz apreensão aos 300 pecuaristas representados pela entidade. “São nove milhões de frangos alojados no Oeste do Paraná. Então o impacto seria muito grande para nós. Com a retirada desse benefício, vamos pagar para trabalhar”, diz Copini, preocupado com o desdobramento da questão.

Na ponta do lápis, o custo de produção de Copini é R\$ 0,74 por cabeça, sendo R\$ 0,10 de energia elétrica. “Para nós, a energia corresponde a cerca de 14% do custo de produção. O desconto representa uma economia de 3% por frango. Nós já estamos vendendo, em média, a quase o mesmo que o custo de produção”, justifica.

Na região Sudoeste, em Chopinzinho, o produtor e presidente da Asmac (Associação Municipal dos Avicultores

de Chopinzinho), Ilseu Peretti, também demonstra preocupação com o impacto da energia nas contas da avicultura. “A nossa margem já está pequena. Sem o desconto, a atividade fica praticamente inviável”, salienta.

A avicultura representa a maior fatia do PIB do município do Sudoeste. “O prejuízo para a economia seria muito grande. O que segura o Sudoeste é a atividade avícola”, destaca Peretti.

Piscicultura impactada

E não é apenas no frango que o impacto da eletricidade atinge em cheio. Na piscicultura, a energia elétrica representa o segundo maior custo de produção, segundo dados do levantamento Campo Futuro, organizado pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA). O piscicultor Eliezer Cherpinski, de Cafelândia, no Oeste do Paraná, relata que 90% do consumo de eletricidade na produção de peixes ocorrem à noite. Sem a luz do Sol (um repositivo natural do oxigênio na água), é preciso ligar em potência máxima os aeradores.

“Só assim para conseguir manter os níveis de oxigênio necessários para a sobrevivência dos peixes. No meu caso, e no caso de toda a atividade de piscicultura do Paraná, esse desconto é completamente necessário para a atividade”, diz o produtor.

Chamada Pública

A Copel prorrogou a vigência da Chamada Pública nº 06/2018, de formação de parcerias para o desenvolvimento e implantação de projetos de geração de energia elétrica a partir da biomassa advinda dos setores sucroalcooleiro e florestal em 90 dias, ou seja, o prazo para manifestação segue até as 17 horas de 28 de fevereiro de 2019. O prazo anterior era 30 de novembro de 2019.

A prorrogação atende um requerimento apresentado pela FAEP por meio do Ofício nº 759/2018.

Os documentos para participar da Chamada Pública estão disponíveis no site www.copel.com

Além do dinheiro

A técnica do Departamento Técnico Econômico (Detec) do Sistema FAEP/SENAR-PR, Mariana Assolari, alerta que o aspecto financeiro é mesmo fundamental para a viabilidade dos negócios. Ainda, ela lembra que este é apenas um lado de uma teia complexa que envolve a criação de animais para a indústria.

“A energia elétrica tem um impacto direto nos custos das mais diversas cadeias de produção animal. É mais significativo em aves e peixes, mas também afeta o leite, os suínos e outros setores. Impacta diretamente nos resultados zootécnicos, na sanidade e segurança dos alimentos”, explica.

Mariana lembra que o fim do benefício em março do próximo ano penalizaria ainda mais os produtores, que já estão saindo de um ano difícil. “Desde 2017 o setor vem enfrentando episódios negativos sucessivos nos mercados interno e externo, que impactaram toda a cadeia, com o fechamento de unidades, perda de mercados. O Paraná, como maior produtor do Brasil, foi especialmente afetado. A exportação da carne de frango no primeiro semestre recuou. Agora que conseguimos ver um horizonte para a recuperação, não podemos ter mais esse aspecto da energia jogando contra”, ressalta.

FAEP atua pela renovação

No dia 13 de novembro, a FAEP encaminhou um ofício à governadora Cida Borghetti e ao presidente da Copel, Jonel Iurk, solicitando que fosse revista a decisão de encerrar o desconto. A governadora Cida Borghetti, então, determinou, no dia 20 de novembro, a renovação por mais 12 meses do benefício. Pelas regras que regem o funcionamento da Copel, no entanto, para a renovação entrar em prática é preciso uma decisão interna da própria empresa, já que possui capital misto (poder público e acionistas).

Em paralelo a isso, no dia 29 de novembro, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, solicitou apoio dos deputados estaduais do Paraná para a aprovação de um Projeto de Lei (PL) que autoriza o poder Executivo a efetuar o pagamento às concessionárias de energia referente ao subsídio do programa. O PL nº 547/2018 de autoria do deputado estadual Márcio Nunes prevê, no seu 1º artigo, a manutenção permanente do programa Tarifa Rural Noturna. O PL está em tramitação.

A Copel não divulga o quanto em dinheiro representa a Tarifa Rural Noturna. Um cálculo que consta no PL 547/2018 prevê que em 2019, caso o desconto seja interrompido, os produtores tenham que desembolsar R\$ 36,7 milhões a mais para quitar suas contas de luz. Este valor é alto para os produtores, mas para a Copel representa somente 2,36% do orçamento previsto para o ano que vem, de acordo com a Lei Orçamentária Anual 2019 do Paraná, que destina em torno de R\$ 1,5 bilhão à Copel para investimentos.

Segundo a Copel, em nota, “independente da decisão final sobre seu prazo de vigência, outros benefícios hoje concedidos aos produtores rurais serão mantidos, como a Tarifa Rural, que concede 40% de desconto para os clientes do segmento; os descontos de até 70% na tarifa de energia para irrigação noturna; e o diferimento de ICMS para os produtores”.

Nova regulamentação para a qualidade do leite

Regras para produção, transporte, acondicionamento, beneficiamento e armazenagem do produto no país passam a valer em maio de 2019



A partir de maio do próximo ano, os produtores e empresas que beneficiam o leite terão que obedecer a uma nova regulamentação. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) publicou no dia 30 de novembro, novas Instruções Normativas (INs) que regem a produção, transporte, acondicionamento, beneficiamento e armazenagem do leite no Brasil. As novas regras – estabelecidas nas INs nº 76 e nº 77 – passam a valer em 30 de maio, substituindo a antiga regulamentação – INs nº 51 e nº 62.

Para chegar ao novo regramento, houve um longo processo, que incluiu a participação de entidades ligadas ao setor produtivo. Entre abril e junho deste ano, as consultas públicas promovidas pelo Mapa contaram com participação ativa da FAEP e a Aliança Láctea Sul Brasileira, com contribuições significativas.

“É importante frisar que tanto o setor produtivo quanto o industrial estão comprometidos com a melhoria da qualidade do leite nacional. As novas regras são fundamentais para direcionar ambos os setores para melhoria de seus processos, visando alcançar mercados diferenciados lá na frente”, ressalta o assessor da presidência da FAEP e presidente da Comissão Técnica de Bovinocultura de Leite, Ronei Volpi.

Padronização

A identidade e as características de qualidade que o leite cru refrigerado, o leite pasteurizado e o pasteurizado tipo A devem apresentar estão contemplados na IN nº 76. Em linhas gerais, o documento dita as regras para a produção e ordenha do leite na propriedade, assim como sua armazenagem até a coleta pelo laticínio. Entre os requisitos, foram mantidos os parâmetros mínimos de gordura (3%), proteína (2,9%), células somáticas (500 mil CS/ml) e Contagem Padrão em Placas (300 mil UFC/ml), previstos na IN nº 62, vigente atualmente.

“Não se fala mais em regionalização da qualidade do leite. A IN nº 62 previa um cronograma diferente para algumas regiões do Brasil, mas não faz sentido exigir mais ou menos daquela ou desta região”, aponta o zootecnista do Sistema FAEP/SENAR-PR, Guilherme Souza Dias.

Outro aspecto alterado é a temperatura do leite no ato do recebimento pelo estabelecimento industrial. Enquanto a IN nº 62 permitia a recepção de leite a 10°C, a nova norma reduziu a temperatura para 7°C, permitindo, eventualmente, a variação de até dois graus positivos (até 9°C) no momento da recepção.

“Esse aspecto traz novos desafios à indústria, que precisa rever a logística de coleta. A maioria dos veículos para tanto é isotérmico, ou seja, apenas mantém a temperatura, não o refrigera”, comentou Dias. Nas propriedades, o documento manteve os 4°C de temperatura do leite no momento da coleta, temperatura que deve ser atingida em até três horas após a ordenha.

A normativa dita também que o Conselho Consultivo da Rede Brasileira de Qualidade do Leite (RBQL) avaliará, a cada dois anos, a necessidade de revisão dos requisitos estabelecidos, visando o aumento gradativo da qualidade do produto nacional. Para tanto, é importante que o Sistema de Monitoramento da Qualidade do Leite Brasileiro, criado pela Embrapa para centralizar os resultados das análises de leite realizadas em laboratórios da RBQL, seja disponibilizado. Apesar de criado em 2016, o sistema ainda não está operando.

Boas práticas

Em outra frente de trabalho, a IN nº 77 dita os critérios e procedimentos para a produção, acondicionamento, conservação, transporte, seleção e recepção do leite cru pelos estabelecimentos registrados nos órgãos reguladores. A normativa estabelece os conceitos de granja leiteira, boas práticas agropecuárias, entre outras orientações.

“A legislação foi modernizada, delegando ao autocontrole dos estabelecimentos grande parte do processo de gestão da qualidade, o que facilita a fiscalização dos órgãos competentes e a torna mais eficiente”, comenta Alexandre Lobo Blanco, médico veterinário do Sistema FAEP/SENAR-PR. “Os estabelecimentos deverão manter registros auditáveis de seus processos produtivos, além de realizar auditorias internas regulares”, pontua.

Um aspecto de grande importância para o setor é a criação de um plano de qualificação dos fornecedores, que deverá ser implantado pelas unidades industriais. O plano deverá ser elaborado pelos laticínios, baseado nos resultados das análises de cada fornecedor.

Em linhas gerais, a normativa aponta que esse plano de qualificação deverá conter o diagnóstico da situação atual da propriedade, metas claras e mensuráveis, indicadores de gerenciamento e cronograma de execução para cada fornecedor. Ainda, esse plano de qualificação deverá ser alicerçado em boas práticas agropecuárias, contemplando manejo sanitário, qualidade da água, refrigeração e estocagem do leite, higiene, controle integrado de pragas, manejo de dejetos, entre outros.

Capacitação

O SENAR-PR se antecipou a essas questões e estruturou o curso ‘Boas Práticas Agropecuárias em Propriedades Leiteiras’, disponível aos produtores e trabalhadores do Estado. O curso contempla todos os itens fundamentais para a adequação das propriedades, melhoria dos indicadores produtivos e de qualidade. Para participar dos treinamentos, os pecuaristas precisam consultar a programação do curso no endereço eletrônico do SENAR-PR ou no sindicato rural mais próximo.



A cidade subterrânea de Hitler

Complexo formado por grandes bunkers interconectados tem 35 quilômetros quadrados de área e capacidade para 20 mil pessoas

Encontrar o complexo subterrâneo de Osówka, quase na fronteira com a República Tcheca, não é tarefa fácil. Há pouca sinalização, sem contar a estrada estreita e perigosa. Mas chegar aos pés das montanhas Sowie, o cartão-postal da região, para visitar Osówka é recompensador.

Os enigmas em torno do complexo subterrâneo vêm desde a 2ª Guerra, pois Osówka é parte de algo bem maior, o chamado Projeto Riese (“gigantesco” em alemão). Trata-se de uma série de grandes bunkers interconectados que, juntos, formariam uma verdadeira cidade debaixo da terra, com 35 quilômetros quadrados de área (quase 10 vezes a do bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro), e capacidade para 20 mil pessoas.

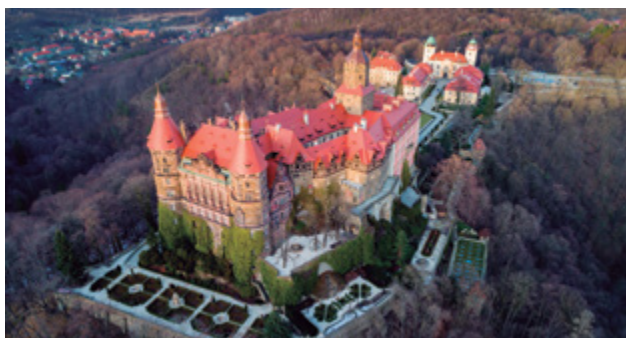
O lugar abrigaria fábricas de bombas, que poderiam ser construídas lá embaixo a salvo dos bombardeios inimigos. E também receberia o equipamento necessário para a construção da bomba atômica nazista, que, para a sorte do planeta, Hitler não conseguiu tirar do papel.

A construção do complexo, com seus salões e túneis de interconexão, teve início em 1943, na Baixa Silésia, uma região da Polônia que, antes e durante a Guerra, fa-

zia parte da Alemanha. O encarregado do projeto foi o arquiteto Albert Speer, amigo pessoal de Hitler e ministro da produção de armamentos do Terceiro Reich. As obras começaram simultaneamente em diferentes pontos das montanhas Sowie.

Há sete pontos subterrâneos conhecidos, e o complexo de Osówka é um dos maiores. O salão principal tem oito metros de altura e está completamente revestido de cimento. Ainda é amparado pelos suportes de madeira originais usados em sua construção, apodrecendo pela ação do tempo e da umidade no interior da caverna.

Por ali, ficam em exibição uniformes, máscaras de gás, armas, pás e picaretas, tudo abandonado às pressas enquanto o exército soviético se aproximava, no começo de 1945. Ao perceber que a guerra estava perdida, aliás, Hitler emitiu o “decreto Nero”, ordenando a queima de documentos do Reich. Nisso, os documentos que detalhavam os planos para o complexo subterrâneo foram completamente destruídos. O que se sabe hoje é fruto do trabalho minucioso de historiadores. E o fato é que ainda há muito mistério envolvendo o Projeto Riese.



Castelo Książ

Construção

A construção do complexo ficou a cargo de prisioneiros judeus. Eles vinham de Gross-Rosen, um campo de concentração próximo. A composição das rochas das montanhas Sowie, bem dura, permitia salões e túneis amplos. Por outro lado, dificultava o trabalho de escavação. A expectativa de vida de um trabalhador de Osówka girava em torno de quatro meses. Estima-se que 13 mil judeus tenham trabalhado nas obras, e que 5 mil tenham morrido.

Em outra parte do complexo, dá para ver os carrinhos que rodavam sobre trilhos, usados para tirar a terra e a pedra que iam sendo escavadas. O teto às vezes é baixo, comprovando a necessidade do uso de capacete. Baseado em correspondências de Albert Speer, historiadores estimam que apenas 10% dos túneis tenham sido descobertos até agora.

Bunker de todos os bunkers

Outro pedaço do Projeto Riese é um complexo de túneis construídos bem debaixo do castelo Książ, um palácio esplendoroso situado a 30 quilômetros da entrada de Osówka. Dois andares de galerias foram escavados debaixo do castelo, a mais de 60 metros de profundidade. Durante a guerra, o castelo Książ estava sendo reformado para se tornar a residência de Adolf Hitler. O quarto que viria a ser do líder austríaco teria, inclusive, um elevador com acesso direto aos túneis. Isso reforça outra teoria sobre o propósito do Projeto Riese: o de que ele pudesse abrigar todo o comando nazista se fosse preciso. Seria o bunker de todos os bunkers. Pelo ritmo da construção, acredita-se que, se a guerra durasse mais dois anos, o Projeto Riese estaria funcionando a todo vapor, mas provavelmente as estruturas básicas poderiam começar a ser usadas bem antes disso. Em seu livro de memórias, o arquiteto Albert Speer diz que a preocupação do alto comando nazista com a própria sobrevivência chegava a “níveis insanos”, o que levava à criação de cada vez mais bunkers.



Complexo subterrâneo de Osówka

Produtor precisa declarar reserva de semente

Sistema totalmente automatizado é gratuito.
Em caso de dúvida, basta procurar o Sindicato Rural



O produtor interessado em salvar sementes para utilizar na próxima safra é obrigado, por lei, a declarar, de forma gratuita, a reserva para uso próprio junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Para cultivares de domínio público não é necessário a inscrição do campo de sementes. Para as cultivares protegidas pela Lei de Proteção de Cultivares, é preciso declarar. A lista pode ser consultada no site do Mapa.

O ministério recebe as declarações via Sistema de Gestão da Fiscalização (Sigef). Ou seja, o preenchimento da declaração pelo produtor e recebimento pelo serviço de fiscalização é totalmente informatizado. Inclusive, o Sigef está aberto para receber as declarações da safra 2018/19.

“A lei permite salvar semente, desde que seja compatível com a área e cumpra outros requisitos. Também é preciso alguns cuidados na hora de colher, para evitar impurezas, e no momento de secar, para que não ocorra perda de tecnologia”, destaca Ademir Assis Henning, da Embrapa Soja.

Algumas etapas precisam ser cumpridas no momento da declaração:

- preencher o cadastro de declarante ou preposto no sistema “Solicita”, no site do Mapa;
- verificar login e senha de acesso no o e-mail informado no cadastro;
- acessar o Sigef na modalidade usuário externo para preencher sua declaração.

Os produtores já cadastrados no “Solicita” podem acessar direto o Sigef, entrar com login e senha cadastrados em anos anteriores e preencher a declaração da reserva de sementes referente à safra 2018/19.

Após o envio, a declaração deverá ser impressa e/ou arquivada em formato digital. Declarações já preenchidas poderão ser consultadas sempre que necessário no campo “Minhas Declarações”.

Sementes de soja com a tecnologia Intacta RR2 PRO® da Monsanto exigem ainda o pagamento de royalties. Neste caso, antes do plantio do campo, o produtor precisa entrar em contato com a empresa pelo telefone, 0800-940-7088 ou por meio do revendedor autorizado.

CONFIRA AS REGRAS PARA O CADASTRO CORRETO

O produtor precisa estar atento às regras estabelecidas pelo Decreto nº 5.153/2004, que regulamenta a Lei nº 10.711/2003, que criou o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças:

- reservar parte da produção como semente para uso próprio;
- sementes reservadas poderão ser utilizadas exclusivamente na safra seguinte;
- manter sob sua posse os documentos originais da aquisição das sementes (nota fiscal e certificado de semente ou termo de conformidade) para apresentar em caso de fiscalização;
- semente salva deverá ser utilizada apenas em propriedade de posse do agricultor;
- transporte entre propriedades do mesmo usuário só poderá ser feito com a autorização do Mapa. É preciso preencher um requerimento, protocolar em uma das unidades regionais do ministério e aguardar a autorização para realizar o transporte;
- quantidade de semente salva deve ser compatível com a área a ser plantada, exclusivamente, na safra seguinte;
- usuário de sementes deverá mantê-las em condições adequadas à preservação de sua identidade e qualidade;
- em caso de cultivar protegida, o produtor deverá inscrever o campo de sementes no Sigef, conforme prazos estabelecidos abaixo:

ESPÉCIE	NOME CIENTÍFICO	PRAZOS (dia da semeadura)
Aveia	<i>Avena brevis Roth</i>	30
	<i>Avena sativa L.</i>	
	<i>Avena strigosa Schreb.</i>	
Batata	<i>Solanum tuberosum L.</i>	30
Centeio	<i>Secale cereale L.</i>	30
Cevada	<i>Hordeum vulgare L.</i>	45
Feijão	<i>Phaseolus vulgaris L.</i> (feijão comum)	30
	<i>Phaseolus vulgaris L.</i> (feijão vagem)	
	<i>Vigna unguiculata L.</i> (feijão-caupi)	
Milho	<i>Zea mays L.</i>	45
Soja	<i>Glycine max (L.) Merr.</i>	45
Trigo	<i>Triticum aestivum L.</i>	45
Triticale	<i>x Triticosecale Wittmack ex A. Camus</i>	30
Outros	-	30

Mapa das Minor Crops

Metodologia desenvolvida pela FAEP será aplicada no Brasil para identificar as demandas das culturas que não possuem produtos agroquímicos registrados

Uma metodologia desenvolvida pela FAEP para o levantamento das demandas das culturas com suporte fitossanitário insuficiente – as chamadas Minor Crops – será utilizada em todo o Brasil. No dia 7 de outubro, as entidades representativas dos setores de frutas e hortaliças no cenário nacional constituíram o Grupo de Trabalho Minor Crops Brasil, formado por mais de 40 instituições, entre Federações da Agricultura (como a FAEP), associações de produtores, órgãos de governo, pesquisa e outras entidades representativas, sob o comando do Instituto Brasileiro de Horticultura (Ibrahort).

O objetivo é promover um trabalho de abrangência nacional para identificar quais as culturas estão carentes de produtos para o seu manejo e posteriormente articular estas demandas junto às indústrias de agroquímicos e às entidades registrantes, como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

“Com esse trabalho vamos conseguir visualizar o cenário das demandas fitossanitárias do país, muitas vezes semelhantes entre diferentes regiões”, avalia a engenheira agrônoma do Departamento Técnico Econômico (Detec) do Sistema FAEP/SENAR-PR, Elisangeles Souza.

Segundo ela, o principal desafio está na articulação dos agentes responsáveis por este processo, como governo, in-

dústria de agroquímicos e de produtos biológicos, produtores rurais, profissionais técnicos e órgãos de pesquisa, para juntos promoverem a identificação das demandas e os registros necessários.

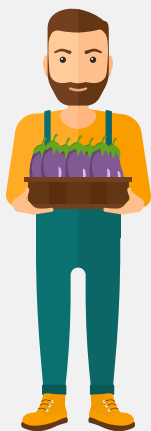
Nesse levantamento, além das frutas e hortaliças, estão sendo identificadas demandas para leguminosas, como amendoim, oleaginosas, como a canola, e cereais



O que são Minor Crops?

As Minor Crops são as “Culturas de Suporte Fitossanitário Insuficiente” (CSFI), aquelas para as quais existe falta ou número insuficiente de agroquímicos registrados para manejo e controle de pragas e doenças. Se enquadram nesta definição boa parte das frutas e hortaliças e também alguns cereais e leguminosas como aveia, cevada, amendoim, canola, entre outras.

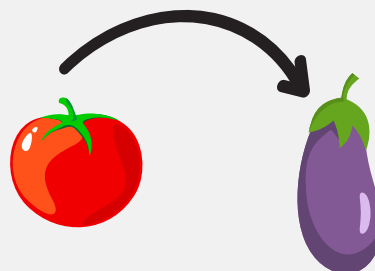
Entenda o processo



1. Um produtor de **berinjela** está com problemas com determinada praga. Porém, não existem agroquímicos próprios para esta cultura.



2. De acordo com a legislação (IN nº 1/2014) a berinjela consta do **grupo de “Hortaliças não folhosas”** cujas culturas representativas são o **tomate e o pepino**. Dessa forma, as associações ou cooperativas de produtores, instituições de pesquisa ou extensão rural, ou empresas registrantes poderão indicar o agroquímico para a extrapolação do Limite Máximo de Resíduo (LMR) do tomate para a berinjela.



como aveia, cevada, também consideradas culturas “Minor Crops” de acordo com a Instrução Normativa Conjunta nº 1/2014.

Em 2016, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, juntos, promoverem o levantamento das demandas de Minor Crops nos três Estados. Na ocasião, também foi utilizada a metodologia desenvolvida pela FAEP, que agora será expandida para todo Brasil.

Produtos biológicos

Outra vertente deste trabalho de mapeamento das demandas nacionais das Minor Crops é buscar novas alternativas de controle por meio de produtos biológicos, menos impactantes para o meio ambiente, para o trabalhador/ produtor rural e para o consumidor. Diferente dos agroquímicos, os produtos biológicos são registrados por alvo, isto é, por agente causador da doença, ou praga. Desta forma, um produto que atua sobre uma determinada lagarta que ocorre no tomate, por exemplo, poderá ser utilizado em qualquer outra cultura que enfrente esta mesma lagarta.

Segundo o assessor técnico das Comissões Nacionais de Fruticultura e Horticultura da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), José Eduardo Brandão, a estratégia deste levantamento é promissora. “Estamos utilizando a metodologia desenvolvida pela FAEP e a capilaridade das entidades representativas, como Ibrahort e [Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados] Abrafutas. Juntou a fome com a vontade de comer, ou seja, a organização da prática de levantamento com a facilidade de aproximação dessas entidades com seus associados”, diz.

Na opinião de Brandão, a adesão de um grande número de entidades ao levantamento confere uma grande vantagem a este processo. “Estamos descobrindo que as áreas plantadas destas culturas são maiores do que imaginávamos. Então temos que falar para as indústrias que elas vão ganhar dinheiro com isso”, afirma.

Atualmente apenas as indústrias de agroquímicos po-

dem solicitar o registro de novos produtos ou a extrapolação de uso de um produto de uma determinada cultura para ser utilizado em outra cultura do mesmo grupo. Desta forma, sensibilizar este setor para a importância de dar suporte fitossanitário a estas culturas é fundamental.

Importante lembrar que a ausência de agroquímicos registrados dificulta o trabalho dos engenheiros agrônomos, que não podem prescrever esses produtos legalmente. Desta forma milhares de produtores rurais são empurrados para uma condição de “ilegalidade involuntária”, ao utilizarem produtos sem registro, ou então ficam impossibilitados de controlar pragas e doenças.

Como se a situação não fosse suficientemente ruim, existe um agravante, como explica Brandão, da CNA. “Quando um produtor usa um produto que não é registrado para aquela cultura e as análises detectam um destes produtos, a Anvisa usa isso na mídia, dizendo que 95% do pimentão, por exemplo, estão com irregularidades, que na verdade não é resíduo acima do permitido, mas uso de produto não registrado para aquela cultura. Aí na semana seguinte ninguém come pimentão. Como o ciclo de algumas hortaliças é curto isso é o suficiente para quebrar o produtor”, avalia.

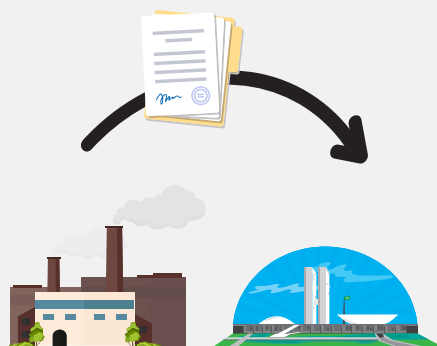
O levantamento conduzido pelo GT nacional segue até o dia 31 de janeiro de 2019.

Avanço dos Minor Crops no Brasil desde 2014

- * Mais de 1.250 Limite Máximo de Resíduos - LMR estabelecidos
- * Mais de 100 culturas beneficiadas
- * Cerca de 149 marcas comerciais registradas pela INC nº 1/2014

Fonte: Anvisa e Diário Oficial da União (DOU) 10.12.18

3. Para isso é necessário que a **empresa fabricante** apresente primeiramente ao **Ministério da Agricultura Pecuária e Meio Ambiente (Mapa)** o requerimento de solicitação dessa extrapolação. A empresa nesse momento assina um termo de ajuste para realização de estudos de resíduos durante um **prazo de 24 meses** para o estabelecimento do LMR para o pimentão, que é a cultura representativa do subgrupo ao qual pertence a berinjela.



4. Após serem realizados os estudos de resíduos, o LMR estabelecido para o pimentão será o LMR definitivo para a berinjela, o qual também poderá ser estendido para o jiló e para pimenta, pois ambos pertencem ao mesmo subgrupo. Após a oficialização da extrapolação pelos órgãos registrantes e realizado o cadastro estadual, o produto já pode ser recomendado pelos agrônomos.



Rastreabilidade digital

Ferramenta ajuda na gestão das exigências legais de controle dos produtos agrícolas



Entrou no ar, no dia 4 de dezembro, o Sistema Gestor de Rastreabilidade Vegetal do Instituto Confederação Nacional da Agricultura (CNA), ferramenta eletrônica que ajuda os produtores, em especial de frutas e hortaliças, a cumprir as exigências legais referentes à rastreabilidade dos alimentos. Batizado como “Agri Trace”, o sistema permite que o produtor gerencie os dados da sua produção, como a localização da propriedade, quantidade, numeração do lote, data de colheita, informações do comprador, entre outros. Na outra ponta, a ferramenta permite gerar etiquetas com QRCode que apontam para um site na internet onde estão todas as informações do lote. Dessa forma, ao ler o código, será possível verificar todo trajeto percorrido pelo alimento.

O sistema vem em boa hora, uma vez que, em fevereiro de 2018, a Instrução Normativa Conjunta (INC) nº 02 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) trouxe novos parâmetros para a aplicação da rastreabilidade na cadeia produtiva de frutas e hortaliças para fins de monitoramento e controle de resíduos de agroquímicos no Brasil.

A normativa exige que cada agente da cadeia produtiva mantenha registrado um conjunto de informações

obrigatórias, de modo a permitir a identificação de todo caminho percorrido pelas frutas e hortaliças, da origem ao destino, desde a propriedade em que foram produzidas até o consumidor final. Ao fazer o caminho inverso será possível identificar eventuais responsáveis por alimentos fora dos padrões de qualidade e sanidade.

Segundo o coordenador técnico do Instituto CNA, Carlos Frederico Ribeiro, a ideia do sistema é ajudar os elos da cadeia produtiva a organizarem todas estas informações de modo a cumprir a legislação e proporcionar mais segurança aos consumidores. “O pessoal tem que manter guardada essa documentação por um ano e meio. A plataforma irá ajudar nisso, reunindo tudo no mesmo lugar”, ressalta.

Por enquanto o Agri Trace está disponível apenas para ser utilizado em computadores, segundo Ribeiro. Porém, no próximo ano o sistema deverá ser disponibilizado em formato para rodar em celulares. O custo do uso desta ferramenta é de R\$ 20 por mês, valor utilizado para custear o armazenamento de dados. “Esse valor só vai ser cobrado a partir de fevereiro do ano que vem. Mas todo produtor que começar a usar terá 30 dias grátis”, afirma.

Ainda segundo Ribeiro, em breve a ferramenta terá uma funcionalidade para atender empresas. Nesse momento será possível baratear o custo de uso mensal dos produtores ao contratar a plataforma por meio dos sindicatos rurais. “A previsão é que os sindicatos que quiserem aderir irão oferecer um bom desconto para os produtores sindicalizados”, observa.

Serviço

Para baixar gratuitamente o Sistema Agri Trace Rastreabilidade Vegetal, acesse o site: www.cnabrazil.org.br/agritrace-vegetal

Para solucionar dúvidas quanto ao uso da ferramenta, utilize o e-mail: rastreabilidadevegetal@cna.org.br

FAEP capacita funcionários de sindicatos a emitir NFP-e

Nove turmas, em sete municípios, formaram um total de 180 profissionais

Em novembro, a FAEP concluiu uma série de cursos destinados aos colaboradores de sindicatos rurais sobre as novas exigências da Nota Fiscal de Produtor Eletrônica (NFP-e) para operações interestaduais. Foram formadas nove turmas, em entidades sindicais de sete cidades: Maringá, Ibiporã, Assis Chateaubriand, Guarapuava, Cianorte, Pato Branco e Curitiba. No total, 180 pessoas, de 119 sindicatos rurais, participaram das capacitações.

A série de treinamentos superou a meta inicial, que era de capacitar 150 funcionários de unidades sindicais no Estado. Cada curso foi composto por um módulo de aulas de oito horas-aula, ministrado por um instrutor da Receita Estadual.

“Os cursos superaram a nossa expectativa. Todos esses profissionais, agora, estão mais orientados para au-

xiliar o produtor rural na emissão do documento”, disse João Lázaro Pires, coordenador do Departamento Sindical da FAEP.

Os cursos foram promovidos pela FAEP, em parceria com a Receita Estadual do Paraná, com o objetivo de capacitar os profissionais de sindicatos rurais, para torná-los aptos a emitir a NFP-e em todas as operações para as quais a nota eletrônica é exigida.

A emissão da NFP-e será exigida a partir de janeiro de 2019, em todas as operações interestaduais.

Ainda, a FAEP, em parceria com a Receita Estadual, elaborou um material para orientar os produtores sobre como proceder em relação ao assunto. A versão digital do panfleto será disponibilizada no site www.sistemafeap.org.br, no link Serviços.



Cianorte



Assis Chateaubriand



Curitiba



Pato Branco

Programa de cultivo de grãos e pastagens é renovado no Paraná

Diversificação apresenta vantagens para os produtores, como melhor utilização dos recursos da propriedade e incremento na renda



O termo de cooperação técnica para a continuidade do Programa Milho, Feijão e Pastagens após a colheita do tabaco no Paraná foi renovado. No dia 11 de dezembro, representantes da Secretaria do Estado da Agricultura e do Abastecimento (Seab), FAEP, Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SindiTabaco), Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do Estado do Paraná (Fetaep) e Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) assinaram a renovação, na sede da Seab.

Os levantamentos realizados pelo SindiTabaco mostram que em 2018, no Paraná, foram cultivados, na resteva do tabaco, 11.273 hectares de milho e 8.185 hectares de fei-

ção. Com produtividade média do cereal estimada em 7,8 toneladas por hectare, o volume chegou a 87.929 toneladas e, com preço médio de R\$ 485 por tonelada, o total da safrinha paranaense foi estimada em R\$ 42,2 milhões.

Em relação ao feijão, com produtividade estimada em duas toneladas por hectare e safra de 16.370 toneladas ao preço médio de R\$ 1.830 por tonelada, a safra foi estimada em R\$ 29,9 milhões.

Além disso, 10 mil hectares foram utilizados para pastagens e 6.044 hectares plantados com soja, com possibilidade de rendimento de R\$ 22,9 milhões. O Paraná possui 29.840 produtores de tabaco, que na safra 2017/18 produziram 137.254 toneladas de tabaco.

Na ocasião da renovação do termo, o presidente da FAEP, Ágide Meneguette ressaltou a importância da parceria da entidade com o setor do tabaco. “O programa permite otimizar o uso das áreas rurais, fazendo com que a renda dos produtores seja maior”, disse. O presidente do SindiTabaco, Iro Schünke, lembrou que o programa de fomento à diversificação apresenta vantagens para os produtores, como melhor utilização dos recursos da propriedade e, conseqüentemente, incremento na renda. Por sua vez, o secretário paranaense da Agricultura e do Abastecimento, George Hiraiwa, destacou a importância da assinatura do convênio entre as entidades.

Região Sul

O levantamento das estimativas de renda do Programa Milho, Feijão e Pastagens nas regiões produtoras do Sul mostra que, em 2018, o cultivo na resteva do tabaco rendeu em torno de R\$ 550 milhões aos produtores. Foram cultivados 110.948 hectares de milho e 17.377 hectares de feijão, com expectativa de rendimento de R\$ 414,2 milhões para o milho e R\$ 68,3 milhões para o feijão. Os produtores de tabaco cultivam também outros grãos após a colheita, com destaque para a soja que rendeu em torno de R\$ 67,5 milhões nos 18.364 hectares plantados. Em relação às pastagens, o levantamento apontou que foram 40.391 hectares nos três Estados do Sul.

Curso-piloto de MIP mobiliza alunos do Colégio Agrícola de Toledo

Diante dos bons resultados, expectativa é dar continuidade à capacitação



Os ensinamentos sobre o Manejo Integrado de Pragas (MIP) vêm sensibilizando produtores rurais devido ao sucesso das técnicas aplicadas em lavouras. O curso instituído pelo SENAR-PR em 2016 ensina métodos de controle de pragas sem o uso de agroquímicos, com o objetivo de reduzir danos econômicos e tornar a produção mais sustentável e segura.

Os bons resultados entre os produtores fizeram com que a proposta começasse a ser disseminada em colégios agrícolas do Paraná. Em setembro, o Colégio Agrícola Estadual de Toledo (Oeste) recebeu, pela primeira vez, o curso Inspetor de Campo em MIP Soja. “A recepção dos alunos foi maravilhosa”, conta o diretor da Unidade Didática Produtiva (UDP) da instituição, Gerson Boff. “Eu sempre tive a ânsia de fazer essa parceria com o Sindicato Rural. Então quando assumi a direção e tive a oportunidade, fui atrás. Nós estamos muito felizes com essa parceria que só fortalece o nosso colégio”, complementa.

O curso foi adaptado à realidade dos estudantes, que não podem acompanhar todo o período de safra. O foco, então, é aprender a fazer a identificação, diferenciação, acompanhamento e controle das pragas. Os alunos aprendem a identificar os insetos e os inimigos naturais na lavoura, utilizando critérios técnicos para fazer uso racional de inseticidas.

De acordo com a mobilizadora do Sindicato Rural de Toledo Gislaine Pereira, a aproximação com o colégio também era uma vontade da entidade, tanto que o resultado é positivo. “Nós já estávamos trabalhando o MIP em Toledo com os produtores, então surgiu a proposta de levar o curso ao colégio agrícola. Os professores não pensaram duas vezes em oferecer o curso para os alunos. Nós tivemos uma demanda muito boa”, revela.

Uma das participantes foi Taís Glienke dos Santos, aluna do 3º ano do Ensino Médio. A estudante sempre se interessou por agricultura e decidiu se inscrever pensando no diferencial que esses conhecimentos irão trazer para a sua carreira profissional. “Eu já tinha escutado agricultores comentarem sobre o MIP em reuniões da cooperativa que meu avô é associado. O que mais chamou a atenção no curso foi a possibilidade de aprender coisas novas e poder aplicar os conhecimentos na prática. A parte em que vamos coletar os insetos e fazer a identificação é muito interessante”, explica.

O curso colaborou para que Taís tivesse algumas certezas, como cursar agronomia e dar continuidade aos negócios da família. “Quero aplicar meus conhecimentos e introduzir mais tecnologias em nossa propriedade”, revela.

Por ser um curso piloto, apenas uma turma foi aberta, para 20 alunos. Devido ao grande número de interessados, a coordenação do Colégio Agrícola Estadual de Toledo estabeleceu alguns critérios de seleção, como notas e o desempenho em sala de aula.

Porém, o diretor revela que já estão sendo alinhadas as novas metas para que o curso continue no próximo ano. “São práticas que vêm dando resultados positivos na agricultura. Então queremos oferecer a oportunidade de que mais alunos possam participar. A tendência é melhorar as ações no campo”, conclui.

A última fase do curso Inspetor de Campo em MIP Soja no Colégio Agrícola de Toledo aconteceu na segunda semana de dezembro, quando as caixas entomológicas (onde os insetos coletados são dispostos para análise) e os resultados do monitoramento foram apresentados aos professores e para demais turmas da instituição.

Guaira comemora jubileu de ouro com homenagens

Presidente da entidade destacou a atuação da FAEP na suspensão da demarcação de terras indígenas na região



O Sindicato Rural de Guaira promoveu um jantar, no dia 30 de novembro, em comemoração aos 50 anos da entidade. Ao longo da solenidade, líderes que fizeram parte da história da entidade – desde os pioneiros até os integrantes atuais – foram homenageados com placas de reconhecimento. Mais de 200 pessoas participaram do evento, entre as quais, o prefeito de Terra Roxa, Altair de Padua; o deputado estadual Marcel Micheletto; o advogado Gustavo Passarelli da Silva; vereadores de cidades da região e representantes das polícias Federal e Militar.

A FAEP foi representada no evento pelo gerente do Departamento Jurídico, Klaus Kuhnem, que entregou à diretoria do Sindicato uma placa que marca o jubileu de ouro da entidade. O presidente do Sindicato Rural de Guaira, Silvanir Rosset, destacou a atuação da FAEP, que culminou com a suspensão da demarcação de terras indígenas em áreas dos municípios de Guaira, Terra Roxa e Altônia.

“A FAEP e toda sua equipe técnica e jurídica são um importante parceiro nosso. Somos muitos gratos pelo trabalho que a Federação desenvolveu aqui, que conseguiu essa vitória tão importante para gente e na hora certa. Se não fosse isso, teríamos sido engolidos”, disse o presidente do sindicato.

No dia 7 de novembro, o desembargador federal Cândido Alfredo S. Leal Jr, atendendo um pedido da FAEP, suspendeu os procedimentos demarcatórios de terras

indígenas nos municípios do Oeste do Paraná, iniciados pelas Portarias nº 136 e nº 139. Ainda, o desembargador suspendeu o prazo de 90 dias concedido aos interessados por meio do Despacho nº 2, publicado no Diário Oficial da União, em 15 de outubro de 2018, até o julgamento das apelações.

História

Rosset destacou a importância que cada diretoria teve ao longo do meio século de atuação do Sindicato Rural de Guaira. Por isso, a chapa que hoje preside a entidade optou por homenagear os ex-presidentes. “Não é qualquer entidade que faz 50 anos. Sempre tivemos presidentes que são nomes fortes e representativos dentro de Guaira, pessoas de famílias honradas e de respeito pela população. Isso deve ser lembrado sempre”, afirmou.

Dentre os avanços conquistados pelo Sindicato ao longo dos últimos anos, Rosset ressaltou a ação em torno de questões relevantes nacionalmente, como o Código Florestal, o endividamento agrícola e a questão quilombola. “Somos mais voltados à situação macro. Temos uma representatividade em níveis estadual e federal, com contatos com autoridades que nos ajudam. Essa é a nossa prioridade”, resumiu o presidente.

Sindicato Rural de Rondon celebra 50 anos

Ao chegar a meio século de história, Sindicato Rural do município do Noroeste do Paraná coleciona conquistas e lembra importância da manutenção de suas atividades



O Sindicato Rural de Rondon, no Noroeste do Paraná, promoveu uma comemoração pela passagem dos 50 anos de sua fundação. O evento foi realizado no dia 1º de dezembro e reuniu mais de 150 pessoas, entre filiados do Sindicato, autoridades e produtores da região. Familiares de todos os presidentes que já dirigiram a entidade foram homenageados, além de funcionários que fizeram parte do quadro de colaboradores ao longo dessas cinco décadas. Pedro Loyola, consultor da FAEP, participou do evento representando a Federação e entregou uma placa para marcar a chegada da instituição ao seu jubileu de ouro. Também estiveram presentes na cerimônia o prefeito de Rondon, Ailton Alfredo Valoto; o supervisor regional do SENAR-PR, Jean Carraro, e o vereador Roberto Scaraboto, além de outras autoridades.

A instituição foi fundada em 31 de outubro de 1968 com o objetivo de organizar os agricultores e pecuaristas

para reivindicar melhorias para o campo da região. Irial Aparecido Basso, atual presidente do Sindicato, lembra que entre os principais fundadores estão nomes como João Banhara, Antonio Valloto Petini, José Franchini, Elísio Franchini, Hartu Mukai, Sebastião Taieti, Francisco Pinheiro, Antonio Sardeto e Osvaldo Trevisan.

“São pessoas à frente do seu tempo, comprometidas com o bem comum, que já enxergavam que unidos em torno de uma instituição de representação, poderiam obter avanços importantes para suas atividades”, comenta Basso.

Conquistas

Desde o início de sua história, o Sindicato Rural de Rondon coleciona diversas conquistas, como recorda o presidente da entidade. “Graças a ações de todo o Sistema FAEP/SENAR-PR e sindicatos do Paraná conseguimos alcançar muitas vitórias no setor do agronegócio, seja na parte tributária, fundiária ou ambiental”, recorda. “A capacitação por meio dos cursos em parceria com SENAR-PR também vem levando informações e conhecimento aos produtores e seus familiares nas mais diversas áreas, o que, conseqüentemente, tem reflexo direto nas propriedades, contribuindo nas transformações tecnológicas e nos resultados econômicos”, complementa.

O dirigente lembra que chegar aos 50 anos com o agronegócio mobilizado em torno do Sindicato Rural faz brotar ainda mais ânimo para manter a solidez da entidade em prol do desenvolvimento do campo. “Sabemos que o cenário atual da economia é preocupante, e os desafios são imensos. Por isso, mais que nunca, precisamos nos manter fortes e unidos, continuar sendo um Sindicato atuante, respeitado e representativo. Mas para isso é necessário que os produtores mantenham o apoio a nossa entidade”, ressalta.

Sindicato Rural de Campo Mourão festeja cinco décadas

Entidade homenageou 11 pioneiros com um troféu entalhado em madeira, criado especialmente para a data



O presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, o presidente do Sindicato Rural de Campo Mourão, Nelson Teodoro de Oliveira, o presidente da Coamo, José Aroldo Gallassini e um dos fundadores do Sindicato Rural de Campo Mourão, Augusto de Oliveira Carneiro

O Sindicato Rural de Campo Mourão celebrou seus 50 anos, com um jantar oferecido a mais de 200 convidados, no dia 8 de dezembro, no Recanto do Criador, no Parque de Exposições Getúlio Ferrari, localizado no município do Noroeste do Estado. Além dos associados, o evento contou com a participação de autoridades, produtores rurais, familiares, juízes, representantes de outros sete sindicatos rurais da região, o presidente da Coamo, José Aroldo Gallassini, e o prefeito de Campo Mourão, Tauillo Tezelli.

O presidente da FAEP, Ágide Meneguette, prestigiou a festa e entregou um quadro comemorativo do jubileu de ouro do Sindicato Rural de Campo Mourão. A entidade, por sua vez, retribuiu o gesto e homenageou o presidente da FAEP e chefe de gabinete, Angelina Viel, em retribuição ao apoio prestado ao longo dos anos.

Em tom de emoção, a festa foi marcada pelo reconhecimento a 11 fundadores da entidade, que foram condecorados no evento. Primeiro e único presidente da história da entidade, Nelson Teodoro de Oliveira foi surpreendido com uma homenagem preparada por colaboradores. Um a um, os pioneiros foram chamados ao palco e receberam um troféu do Jubileu de Ouro, criado para a data. Entalhada em madeira, a condecoração conta com detalhes em alumínio fundido, com a

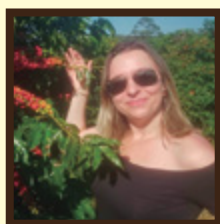
logomarca do Sindicato Rural de Campo Mourão.

Em seguida, funcionários da entidade projetaram um vídeo de homenagem a Oliveira, em que cinco personalidades ligadas à cidade deram um depoimento sobre o presidente do Sindicato Rural. Entre os que gravaram declarações, estão o presidente da FAEP, Ágide Meneguette, e o deputado federal Rubens Bueno. Em seguida, houve discursos do tesoureiro da entidade, Getúlio Ferrari Junior, e de Luiz Claudio Teodoro de Oliveira, filho do presidente do Sindicato.

“Foi uma surpresa. A homenagem significa também um reconhecimento ao trabalho. Na eleição do ano passado, por exemplo, vencemos com 100% dos votos”, disse Oliveira. “Mesmo com o fim da contribuição sindical compulsória, nós tivemos, neste ano, um recebimento bem expressivo. Isso demonstra a confiança que o produtor tem no sindicato”, completou.

Votos de louvor

No dia 10 de dezembro, a Assembleia Legislativa do Paraná aprovou o envio de votos de louvor e congratulações com menção honrosa ao sindicato, por sua atuação em defesa dos interesses da categoria. O requerimento foi proposto pelo deputado Márcio Nunes.

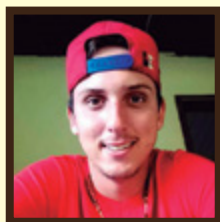


Tatiane Perez Zaninetti

Fazenda Santa Cruz, em Japira

- ✓ Cafeicultora há 5 anos
- ✓ 20 hectares destinados ao café
- ✓ Produção média de 600 sacas/ano
- ✓ 20% de cafés especiais

Fragrância floral, com aroma de maçã verde, sabor de rapadura e caramelo, corpo de intensidade moderada.



Guilherme Frassetto

Sítio Santo Agostinho, em Pinhalão

- ✓ Quarta geração de cafeicultores
- ✓ Produção média de 120 sacas
- ✓ 20 hectares destinados ao café
- ✓ 70 sacas de cafés especiais/ano

Aroma de baunilha, hortelã, doce de leite, amanteigado, nozes. Acidez málica.



Raquel Nader Resende Fraiz

Sítio Santa Mariana, em Abatiá

- ✓ 40 hectares de café
- ✓ Produção média de 1.600 sacas/ano
- ✓ Propriedade familiar adquirida em 1998, batizada em homenagem à filha Mariana

Aroma de chocolate, mel, finalização cítrica e suave. Notas de fruta madura, corpo suave e boa finalização.



Grupo 2 Irmãos

em Santo Antônio da Platina

- ✓ Empresa com 19 anos de tradição
- ✓ Cafés torrado, moído e expresso
- ✓ Capacitou seus funcionários nos cursos de Classificação e Degustação realizados pelo SENAR-PR.

Aroma de castanhas e caramelo, sabor de chocolate ao leite. Finalização curta

O Projeto Cafés Especiais do Paraná, desenvolvido pelo Sistema FAEP/SENAR-PR, valoriza os produtores locais e promove os grãos paranaenses. Mais informações no site www.sistemafaep.org.br

Novo cadastro da Receita

O Cadastro de Atividade Econômica da Pessoa Física (CAEPF), que substituirá o Cadastro Específico do INSS (CEI) para as pessoas físicas, entra em vigor em 2019. De acordo com a Instrução Normativa nº 1.828/2018 da Receita Federal Brasileira, o CAEPF será obrigatório a partir de 15 de janeiro, quando o CEI será definitivamente substituído. A medida se aplica aos contribuintes individuais, como “produtor rural cuja atividade constitua fato gerador da contribuição previdenciária”, “produtor rural segurado especial” e outras classes de contribuintes. Procure o seu Sindicato Rural para obter mais informações e realizar o cadastro.

Livro Caixa digital para atividade rural

A partir de 2019, o produtor rural pessoa física que obter receita bruta total da atividade rural superior a R\$ 3,6 milhões durante o ano deverá entregar arquivo digital com a escrituração do Livro Caixa Digital do Produtor Rural (LCDPR). A medida atende à Instrução Normativa nº 1.848/2018, da Receita Federal, publicada no Diário Oficial da União de 29 de novembro de 2018, fica estabelecido a partir do ano-calendário de 2019. O LCDPR deverá ser entregue à Receita Federal até o final do prazo para declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) no respectivo ano-calendário. No caso de não cumprimento com as obrigações exigidas, ou incorreções ou omissões, o contribuinte será intimado para prestar esclarecimentos nos prazos estipulados e, ainda, estará sujeito a multas.

Acordo para boas práticas na agroindústria

O Sebrae-PR e a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) firmaram, no dia 12 de dezembro, um termo de cooperação técnica, com o objetivo de garantir boas práticas nas indústrias que trabalham com produtos de origem animal. Pela parceria, o Sebrae-PR deve contratar técnicos e consultores especializados e fornecê-los às agroindústrias, com preços subsidiados. O documento foi assinado pelo presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, o presidente da Adapar, Inácio Kroetz, e o superintendente do Sebrae-PR, Vitor Roberto Tioqueta. O objetivo da cooperação é que as práticas de excelência já adotadas pelo setor primário e estimuladas continuamente pelo SENAR-PR sejam estendidas à agroindústria.

“Nós já adotamos essas boas práticas em nossa produção, o que implica em sanidade e qualidade, por exemplo. É preciso garantir que isso também chegue aos outros setores produtivos”,

disse Meneguette.

O foco da parceria são as pequenas agroindústrias. As empresas que tenham faturamento anual de até R\$ 3,6 milhões terão subsídio de 80% na contratação de consultores, para adoção dos procedimentos de excelência (ou seja, as agroindústrias de pequeno porte vão arcar com 20% dos custos).

“Não é só com fiscalização que se chega a um nível ideal. Essas práticas são um aliado no empreendedurismo. Se a agroindústria não implantar, não vai ampliar mercado, nem crescer”, apontou Kroetz.



Conselho dos produtores de cana-de-açúcar do Estado do Paraná / CONSECANA-PR

RESOLUÇÃO Nº 09 - SAFRA 2018/19

Os conselheiros do Consecana-Paraná reunidos no dia 29 de novembro de 2018, na sede da Alcopar, na cidade de Maringá, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu regulamento, aprovam e divulgam o preço do ATR realizado em novembro de 2018 e a projeção atualizada do preço da tonelada de cana-de-açúcar básica para a safra de 2018/19, que passam a vigorar a partir de 1º de dezembro de 2018.

Os preços médios do quilo do ATR, por produto, obtidos no mês de novembro de 2018, conforme levantamento efetuado pelo Departamento de Economia Rural e Extensão da Universidade Federal do Paraná, são apresentados a seguir:

PREÇO DO ATR REALIZADO EM NOVEMBRO DE 2018 - SAFRA 2018/19 (PREÇOS EM REAIS À VISTA)

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU (SEM IMPOSTOS)

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	0,58%	52,91	1,21%	46,84
AME	48,51%	47,74	40,58%	49,25
EAC - ME	1,70%	2.037,62	1,92%	1.896,81
EAC - MI	15,35%	1.982,47	15,25%	1.798,01
EA - of	0,04%	2.020,77	0,04%	1.943,86
EHC - ME	0,33%	2.269,44	0,18%	1.935,73
EHC - MI	32,99%	1.688,77	40,26%	1.577,56
EH - of	0,51%	1.742,58	0,56%	1.649,61
obs: EAC - ME + MI + of	17,09%	1.939,55	17,21%	1.809,35
EHC - ME + MI + of	33,83%	1.695,20	41,00%	1.580,08

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	0,58%	0,5999	1,21%	0,5311
AME	48,51%	0,5435	40,58%	0,5607
EAC - ME	1,70%	0,7169	1,92%	0,6673
EAC - MI	15,35%	0,6785	15,25%	0,6326
EA - of	0,04%	0,7110	0,04%	0,6839
EHC - ME	0,33%	0,8333	0,18%	0,7107
EHC - MI	32,99%	0,6201	40,26%	0,5792
EH - of	0,51%	0,6398	0,56%	0,6057
Média		0,5943		0,5814
obs: EAC - ME + MI + of	17,09%	0,6824	17,21%	0,6366
EHC - ME + MI + of	33,83%	0,6224	41,00%	0,5802

PROJEÇÃO DE PREÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR - MÉDIA DO PARANÁ - SAFRA 2018/19 (PREÇOS EM REAIS À VISTA)

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU (SEM IMPOSTOS)

Produtos	Mix	Média
AMI	0,93%	46,84
AME	38,63%	50,80
EAC - ME	1,48%	1.896,81
EAC - MI	18,08%	1.873,94
EA - of	0,03%	1.943,86
EHC - ME	0,14%	1.935,73
EHC - MI	40,27%	1.628,98
EH - of	0,43%	1.649,61

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mix	Média
AMI	0,93%	0,5311
AME	38,63%	0,5784
EAC - ME	1,48%	0,6673
EAC - MI	18,08%	0,6593
EA - of	0,03%	0,6839
EHC - ME	0,14%	0,7107
EHC - MI	40,27%	0,5981
EH - of	0,43%	0,6057
Média		0,6022

PROJEÇÃO DO PREÇO DA CANA BÁSICA

R\$/TON 121,9676 Kg ATR

	CAMPO	ESTEIRA
PREÇO BÁSICO	65,76	73,45
PIS/COFINS	-	-
TOTAL	65,76	73,45

Maringá, 29 de novembro de 2018

ANA THEREZA DA COSTA RIBEIRO / Presidente

DAGOBERTO DELMAR PINTO / Vice-presidente



MANDAGUARI

POSSE DE NOVA DIRETORIA

No dia 9 de dezembro, ocorreu a posse da diretoria do Sindicato Rural de Mandaguari para o triênio 2018/21. O presidente da entidade, Antonio Galera Gonçalves, foi reeleito para o novo mandato. Também compõe a diretoria o secretário Claudinei Esteves e o tesoureiro Aristeu Marcato.



PARANAÍ

POSSE DE NOVA DIRETORIA

No dia 30 de novembro, Ivo Pierin Junior foi reeleito para o cargo de presidente do Sindicato Rural de Paranaíba para o Triênio 2018/21. Também fazem parte da chapa que irá condizir a entidade nos próximos anos o secretário Alcindo de Souza Franco e o tesoureiro Demerval Adilso Silvestre.



HONÓRIO SERPA

BOVINOCULTURA DE LEITE

O Sindicato Rural de Coronel Vivida e o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural e Secretaria da Agricultura (Emater) realizaram o curso Trabalhador na Bovinocultura de Leite - manejo e ordenha, entre os dias 24 e 28 de setembro. Um grupo de 11 pessoas participou das aulas com o instrutor Emerson Orestes Ferrazza.



ROSÁRIO DO IVAÍ

MANUTENÇÃO DE ESCAVADEIRAS

O Sindicato Rural de Grandes Rios promoveu o curso Trabalhador na Operação e na Manutenção de Escavadeiras - Norma Regulamentadora 31.12, entre os dias 24 e 28 de setembro. O instrutor Romeu Sergio Poerschke treinou oito alunos.



ANDIRÁ

INCLUSÃO DIGITAL

Entre os dias 17 de setembro e 1º de outubro, o Sindicato Rural de Andirá e o Sesi Andirá realizaram o curso Programa de Inclusão Digital - introdução a informática - Word, Excel, e-mail e internet. O instrutor Guilherme Tavares Vasconcelos treinou 13 pessoas.



NOVA LONDRINA

PANIFICAÇÃO

Nos dias 19 e 20 de setembro, o Sindicato Rural de Nova Londrina promoveu o curso Produção Artesanal de Alimentos – panificação. Um grupo de 15 alunos foi capacitado pela instrutora Silvia Lucia Neves.



IMBITUVA

COLHEDORAS AUTOMOTRIZES

Durante o curso Trabalhador na Operação e na Manutenção de Colhedoras Automotrizes - colhedora axial - Norma Regulamentadora 31.12, a instrutora Silvana de Fátima Ribeiro Olzewski treinou nove alunos. A capacitação ocorreu entre os dias 24 e 28 de setembro, por promoção do Sindicato Rural de Imbituva.



SAPOPEMA

MANUTENÇÃO DE RETROESCAVADEIRA

O curso Trabalhador na Operação e na Manutenção de Retroescavadeira - Norma Regulamentadora 31.12 aconteceu entre os dias 24 e 28 de setembro, por promoção do Sindicato Rural de Sapopema. O instrutor Marcos Antonio Rezende treinou nove pessoas.

VIA RÁPIDA



Picles luminoso

Se você colocar uma corrente elétrica em um pepino em conserva, ele irá emitir uma luz amarela. Isso porque o sal contido no condimento é altamente ionizado, aumentando a condutividade elétrica.



Sarcófago de Karajía

A antiga civilização de Chachapoya, no Peru, tinha o costume de sepultar seus líderes em caixões colocados em uma falha de um paredão de pedra a cerca de 200 metros de profundidade do vale onde está localizada. Os sarcófagos do sítio arqueológico de Karajia têm aproximadamente 2,50 metros de altura e são feitos com argila misturada com ramos e pedras e, segundo arqueólogos, foram esculpidos há 600 anos.



Dino porteño

O Argentinosaurus viveu há aproximadamente 97 milhões de anos na região da Patagônia argentina (daí o nome). É o maior dinossauro que se tem conhecimento que habitou nosso planeta. O animal tinha 21 metros de altura e podia pesar até 100 toneladas.



Dedos de Lúcifer

Apesar do nome macabro, trata-se de um crustáceo, considerado uma rara iguaria da culinária portuguesa. Seu nome deve-se a dois fatos: por se assemelhar a um dedo escamoso com um "casco" e por ser difícil de pescar. Como não podem ser cultivados em cativeiros, os crustáceos só são encontradas em rochedos por mergulhadores especializados. O ofício já fez muitas vítimas devido à agressividade do mar, tanto por afogamento quanto por serem arremessados contra a parede de rochas.



Encosto de porta valioso

Um cidadão norte-americano, quando comprou sua fazenda, adquiriu também um meteorito que havia caído na propriedade em 1930. O homem levou a pedra para a Universidade Central de Michigan, onde foi feita uma avaliação, e descobriu que a relíquia é composta por 88% de ferro e 12% de níquel. O objeto está avaliado 100 mil dólares, aproximadamente R\$ 383 mil. O impressionante é que o homem usava a pedra como encosto da porta do galpão.



Ladrão azarado

Um homem, rindo muito, conta para o amigo: - Hoje, às três da madrugada, entrou um ladrão lá em casa...

O amigo diz:

- Caramba, cara!!!! Um ladrão entrou na sua casa e você está rindo?? E o que ele roubou? E o homem responde:

- Levou uma surra... minha mulher achou que era eu chegando bêbado.



Cidade sustentável

A utopia de se viver sem um sistema financeiro e sem autoridades no comando é realidade em Auroville, cidade ao Sul da Índia, também conhecida como a “cidade do amanhecer”. A única regra é que a cidade não pertence a ninguém. A comunidade que abriga pessoas do mundo todo vive um sistema sustentável e a qualidade de vida é surpreendente.

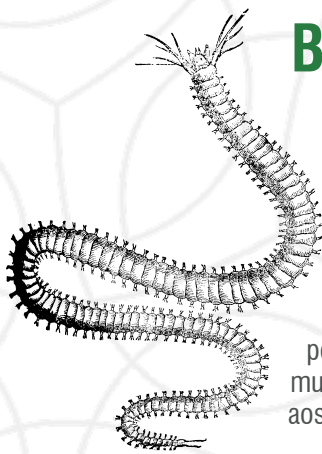


UMA SIMPLES FOTO



Bicho agricultor

A agricultura não é uma atividade exclusivamente humana. O verme conhecido como ragworm (*Hediste diversicolori*) planta sementes de uma espécie de grama e espera a germinação para consumir seus brotos. Isso porque a semente dessa grama é muito dura, o que dificulta o acesso aos nutrientes dela.





eSocial

ESTÁ CHEGANDO A HORA!

- Uma **ferramenta** para facilitar a entrega das **obrigações previdenciária e trabalhista** e as informações da **comercialização da produção rural**.
- Em **janeiro de 2019** inicia o cronograma de entrega de informações obrigatórias para os **produtores rurais pessoa física**.

Procure o seu **Sindicato Rural** para orientações e evite multas

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
R. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/____
Em ____/____/____ Responsável

Acesse a versão digital deste informativo:

sistematicafaep.org.br

• **FAEP** - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 |
Fax 41 3323.2124 | sistematicafaep.org.br | faep@faep.com.br

• **SENAR-PR** - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 |
Fax 41 3323.1779 | sistematicafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais

